

NOVAS ELEIÇÕES EM MUNICÍPIOS BRASILEIROS (2013-2015): DO PERFIL SOCIOECONÔMICO AO COMPORTAMENTO DOS ELEITORES E DOS PARTIDOS POLÍTICOS

Ms. BRUNO SOUZA GARCIA¹;

Dr. ALVARO AUGUSTO DE BORBA BARRETO²

¹Mestre em Ciência Política - Universidade Federal de Pelotas – br.sgarcia@hotmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – albarret.sul@terra.com.br

1. INTRODUÇÃO

Este estudo se fundamenta na dissertação de mestrado “Eleições Suplementares para Prefeito (2013-2015): do perfil socioeconômico dos municípios ao comportamento eleitoral e partidário”, que foi realizada na linha de Processos políticos: atores e instituições do Programa de Pós Graduação em Ciência Política (PPGCPol) – UFPel e que contou com financiamento da Fapergs.

A análise sobre a temática surgiu após eleições regulares ou ordinárias ocorridas em outubro de 2012 que, em grande parte do território brasileiro, se realizaram dentro dos padrões de normalidade. No entanto, o que chamou atenção foram as que não transcorreram de forma habitual e conforme a previsão pela legislação eleitoral e das normativas e resoluções da Justiça Eleitoral, o que exigiu a realização de novas eleições em alguns municípios. Elas são chamadas de Eleições Suplementares e consistem em os eleitores retornarem às urnas para, mais uma vez, escolher o titular do executivo local.

Uma eleição suplementar é realizada como consequência de uma decisão da Justiça Eleitoral. E esta surge, por sua vez, como resultado da anulação de mais da metade dos votos atribuídos em uma determinada votação, conforme preceitua o art. 224 do Código Eleitoral. E a anulação dos votos é decorrência da incursão nas previsões legais que a ensejam, normalmente associadas à cassação de candidatura ou de diploma após a realização da votação bem como à impugnação de mandato do eleito ou à não confirmação de registro de candidato.

A problemática da pesquisa se propôs o seguinte questionamento: no que tange aos municípios brasileiros que tiveram anulada a eleição para prefeito de 2012 e realizaram pleito suplementar em 2013-2015, qual perfil socioeconômico eles apresentam e que modificações no comportamento dos eleitores e dos partidos podem ser verificadas na comparação entre o pleito anulado e o suplementar?

Para o desenvolvimento da pesquisa se estabeleceu como objetivo geral analisar se as eleições suplementares estão relacionadas com um determinado perfil socioeconômico dos municípios, e, concomitantemente, como afetam o comportamento político dos eleitores e dos partidos dessas localidades. E, como objetivos específicos: consolidar o perfil socioeconômico dos municípios em que houve eleição suplementar; identificar se houve diminuição ou aumento no número de candidatos nas novas eleições em relação àquelas anuladas; verificar se as eleições suplementares influenciaram no índice de abstenção dos eleitores, de votos em branco e nulo, tendo como referencial a eleição anulada; comparar os resultados entre os dois pleitos promovidos no município.

A pesquisa se justificou, portanto, pela relevância do tema a ser estudado, assim como pela carência de trabalhos acadêmicos que o aborde como um fenômeno político concreto.

Os dados necessários à realização da investigação são públicos e se encontram à disposição no site da Justiça Eleitoral (especialmente do Tribunal Superior Eleitoral, TSE) e em outras fontes de informação, como, por exemplo: o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Atlas Brasil.

2. METODOLOGIA

A metodologia que se utilizou nesse estudo foi um trabalho exploratório sobre as eleições suplementares, com o escopo de coletar, organizar e analisar dados sobre esses novos pleitos. Tal procedimento também é reflexo da ausência de pesquisas preteritas que forneçam dados empíricos já sistematizados e interpretados referentes a temática.

A documentação recolhida foi sistematizada em planilhas do programa Excel, organizadas em grupos, de acordo com a descrição acima. A análise dos dados foi feita a partir do cruzamento dos grupos que compõem o perfil socioeconômico e o perfil de comportamento do eleitor e dos partidos para obtenção de informações que configurem ou permitam configurar a identificação de padrões majoritários ou tendências que delimitem esses perfis.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A primeira etapa do trabalho constou da delimitação do universo empírico da pesquisa, ou seja, a identificação dos municípios que realizaram eleições suplementares nos anos de 2013-15. Foram identificados 112 municípios e 113 pleitos¹.

A segunda etapa foi a de delimitação das variáveis a serem utilizadas, as quais estão distribuídas em três campos: I. Perfil socioeconômico desses municípios; II. Perfil de comportamento dos eleitores desses municípios na comparação entre o pleito suplementar e o anulado; III. Perfil do comportamento dos partidos também na comparação entre os dois processos eleitorais.

No que se refere ao campo I, foram elencadas as seguintes variáveis, escolhidas pelo respaldo que possuem e pela larga utilização em estudos que versam sobre perfil socioeconômico: (a) tamanho populacional do municípios; (b) Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM); (c) IDHM - Educação; (d) IDHM - Renda; (e) renda per capita; (f) taxa de urbanização; (g) matriz econômica local. Os dados coletados se referem ao último Censo (2010) e visam a enquadrar os municípios em categorias e parâmetros previamente determinados, que são aqueles adotados pelas próprias instituições utilizadas como fonte, no caso: Atlas Brasil, IBGE Cidades, Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE).

O campo II se subdividiu em cinco categorias analíticas: (a) eleitorado apto; (b) abstenção; (c) votos inválidos; (d) votos em branco; (e) votos nulo. O campo III se desdobra em: (a) candidatos; (b) partidos concorrentes; (c) coligações; (d) resultado eleitoral (colocação dos candidatos); (e) grupo político (entendida como a permanência de um núcleo reunido em torno de uma candidatura comum); (f) manutenção do cargo de prefeito (pelo partido e/ou grupo político).

¹ Em Santa Maria do Pará (PA) houve duas disputas suplementares no período estudado.

Em todas as categorias dos campos II e III, mais do que o dado coletado (relação de nomes, número absoluto, percentual etc.), o que importou foi a comparação dessas informações com aquelas relativas ao pleito realizado em 2012 e que acabou por ser anulado. Sendo assim, os dados são comparados, e a coleta se refere tanto à eleição anulada quanto à suplementar. Nas cinco categorias do campo II, a intenção é a de classificar a eleição suplementar em “aumentou” ou “diminuiu”, ou seja, se nesses quesitos ela aponta índice percentual mais elevado ou não. A ideia é verificar se o comportamento do eleitor foi mais resistente no pleito suplementar, indicador de uma eventual “insatisfação” com a anulação da disputa anterior, o que seria manifestado por meio de mais ausências e de votos invalidados.

O campo III gira em torno da disputa eleitoral propriamente dita. Fundamentalmente, elas respondem ao questionamento se o cenário dos competidores se modificou e se novos arranjos políticos foram construídos com vistas à disputa do pleito suplementar. Se entre os dois pleitos não houve alteração entre os competidores, resta verificar se também não houve distinção entre os resultados, medidos por colocação (posicionamento) na disputa. Se houve alteração, objetiva-se identificar o quanto ela “pesou” no resultado. E, por fim, figuram o “grupo político” e a “manutenção do cargo de prefeito”, compreendidos como o candidato, o grupo político ou a coligação que disputa o pleito para a sua manutenção no poder e, passado o processo, se o resultado se mantém, isto é, se a própria eleição suplementar não sofreu reversão (anulação) no âmbito da Justiça Eleitoral e se, eventualmente, o resultado de 2012 não passou a ser novamente validado. Nesse aspecto, o desafio é identificar se as mesmas forças políticas locais que se sagraram vencedoras no pleito anulado repetiram o resultado na eleição suplementar ou não e se continuam e/ou voltaram a exercer o comando do poder executivo, assim como qual foi o desempenho do(s) grupo(s) perdedor(es).

4. CONCLUSÕES

Concluiu-se que as eleições suplementares tem os seguintes padrões: Quanto ao **perfil socioeconômico dos municípios** - houve uma inclinação da ocorrência do fenômeno em municípios micro, no entanto, ao alterar a percepção, em termos relativos, há o predomínio dos municípios grandes. Os pleitos suplementares foram realizados em locais de alto grau de urbanização, cujos IDHs são: alto, em se tratando de IDHM; baixo, no caso do IDHM-E; médio, no de IDHM-Renda. A renda per capita, por sua vez, classifica-os como de média classe média e a matriz econômica é baseada em serviços. No que tange **ao comportamento eleitoral**: diminuiu o número de eleitores aptos a votarem, cresceu a abstenção, mas houve redução dos votos inválidos, sejam eles em branco ou nulos. E quanto ao **comportamento partidário**, preponderantemente, I) o número de candidatos é praticamente o mesmo nos dois pleitos, não sendo registrada modificação significativa, II) grande parte dos grupos políticos vencedores na votação ordinária não foi bem sucedida na pleito suplementar, mas esse patamar é revertido por meio de novas decisões da Justiça Eleitoral afirmativas do resultado da eleição ordinária, de modo que a maioria consegue se manter no controle do poder local. O inverso ocorre no caso dos que foram derrotados na disputa anulada, vencedores de mais da metade das novas eleições, mas que, em sua maioria, no fim das contas, por determinações da Justiça Eleitoral, continua alijada do executivo municipal.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA NETO, M. C. de. **Direito Eleitoral regulador**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

ALVIM, F. F.. **Manual de Direito Eleitoral**. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

BRAGA, F. **A Distinção entre eleição suplementar e renovação de eleição**. São Luís, fev. 2009. Disponível em: <<http://adrianosoaresdacosta.blogspot.com.br/2009/03/eleicao-suplementar-e-renovacao-de.html>>. Acesso em: 31 mar. 2015.

BRAMRAITER, J. Os Reais efeitos do voto nulo na atualidade e seu reflexo para o regime da democracia representativa no Brasil. **Revista Estudos Legislativos**, Porto Alegre, a.7, n.7, p.61-93, 2013.

CHAVES, Â.H.Q. **Anulação de votos pela Justiça Eleitoral e aplicação do art. 224 do Código Eleitoral: uma análise à luz do princípio da soberania popular**. 2009. 64f. Monografia (Especialização em Direito e Processo Eleitoral) – Universidade Estadual Vale do Acaraú, Fortaleza.

CERVI, E.U. et al. A 'Política' nos jornais durante período eleitoral: uma perspectiva da cobertura jornalística nas eleições municipais de 2008 em três grandes municípios do interior do Paraná. **Emancipação**, Ponta Grossa, v.11, n.2, p.225-236, abr. 2011. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/902/2547>>. Acesso em: 30 mar. 2015.

COELHO, Margarete de Castro. **A Democracia na encruzilhada: reflexões acerca da legitimidade democrática da Justiça Eleitoral brasileira para a cassação de mandatos eletivos**. 2014, 149f. Dissertação (Mestrado Interinstitucional em Direito). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo.

GUEIRAL, G.D. **Nulidade e anulabilidade de votos e das eleições: uma releitura principiológica**. 2013. 83f. Monografia (Graduação em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Jurídicas/CCJ, Florianópolis.

KUNTZ, J.T. Eleições suplementares e desincompatibilização: a tentativa jurisprudencial de compatibilizar os institutos. **Revista Brasileira de Direito Eleitoral**, a. 3, n. 4, p. 73-92, jan.-jun. 2011.

SALES, J.E.P. Votos nulos, nulidade da eleição e nova eleição. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 13, n.1842, 17 jul. 2008. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/11506>>. Acesso em: 21 mar. 2015.

SILVA, M.C. Militâncias e eleitorado em Campos dos Goytacazes: entre clãs, tribos e republicanismo. **Vértices**, Campos dos Goytacazes, v.12, n.3, p. 59-69, set.-dez. 2010.

ZALAMENA, J.C.M. **Judicialização, competição política local e eleições municipais no Rio Grande do Sul**. 2013, 134f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.